

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015

(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita do Ministro de Estado de Minas e Energia, informações quanto à mudança de regra de conteúdo local para o setor de petróleo.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à mudança de regra de conteúdo local para o setor de petróleo.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com reportagem do jornal *Estado de S. Paulo*¹, publicada no último dia 4 de maio, o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, afirma que o governo estuda mudanças na política de conteúdo local para o setor de petróleo - que exige que boa parte dos equipamentos usados nos blocos de exploração sejam construídos no País. Segundo ele, o ministério trabalha para apresentar em 30 a 60 dias uma proposta para o governo, em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

¹ Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no endereço: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-estuda-mudar-regra-de-conteudo-local-para-o-setor-de-petroleo,1681134>, consultado em 5/05/2015.

O ministro, que fez uma apresentação a investidores na Offshore Technology Conference (OTC), feira do setor do petróleo realizada em Houston, nos EUA, também anunciou que o próximo leilão de áreas de petróleo e gás no Brasil (a 13.^a rodada de concessões) será realizado em outubro. Serão oferecidos 269 blocos, e a estimativa é que o governo possa arrecadar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 2,5 bilhões em bônus de assinatura.

As novas regras para conteúdo local, segundo Braga, não valeriam para esse leilão. E também não serão oferecidas áreas no pré-sal. De acordo com o ministro, é possível, na verdade, que o próximo leilão do pré-sal, previsto para 2016, seja adiado para 2017. Disse ele:

“É óbvio que, quando estamos falando de pré-sal, estamos falando de áreas de grande potencial. E aí, fazer isso num momento de viés de baixa não é interessante para o País”.

O ministro afirmou ainda que a intenção do governo é estabelecer uma periodicidade para as rodadas de licitação.

“Não queremos cravar que vai ser todo o ano porque a gente tem, neste momento, um mercado que está muito volátil. A periodicidade pode ser no máximo de dois anos, porque não queremos gerar uma expectativa que acabe sendo frustrada.”

Curiosa as informações do ministro quando se sabe que a política de conteúdo nacional sempre foi uma das principais bandeiras políticas e eleitorais do atual governo. Disse a presidente Dilma Rousseff sobre a política de conteúdo nacional da Petrobras no último dia 22 de abril em seu programa radiofônico, *Conversa com a Presidenta*.

“O que puder ser produzido no Brasil deve ser produzido aqui (...) Graças à política de compras da Petrobras iniciada no governo Lula e desenvolvida no meu governo, renasceu uma indústria dinâmica e competitiva, que irá disputar mercado com as maiores indústrias navais do mundo”².

² Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no endereço:
<http://www.valor.com.br/politica/3522660/em-jornais-dilma-reitera-politica-de-conteudo-nacional-para-petrobras>

Frente a essas informações publicadas pela imprensa, vimos, portanto, por meio do presente pedido, encarecer ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia que envie, no mais breve prazo possível, informações quanto às razões que justifiquem tais medidas, mudanças na política de conteúdo local para o setor de petróleo, se de fato serão feitas e se há de fato contradição com a posição da presidente Dilma Rousseff.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 2015.

Deputado ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO
PSDB/AM